



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680206 - SP (2021/0219593-9)**

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : ANTONIO MARCELINO DA SILVA  
**ADVOGADO** : ANTONIO MARCELINO DA SILVA - SP279907  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ADEMIR PEREIRA ROCHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ADEMIR PEREIRA ROCHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA (HC n. 2105477-46.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde 9/5/2021 pela suposta prática do crime de incêndio, previsto no art. 250, § 2º, II, “a”, do Código Penal, pois teria ateado fogo na sua própria casa, sem atingir nenhuma vítima, apenas o imóvel.

O impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal decorrente da manutenção da custódia cautelar.

Afirma que o paciente é primário, que possui bons antecedentes, além de residência e emprego fixos e que, em caso de condenação, o regime fixado seria o aberto.

Assevera que não estariam presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

No mais, cita a pandemia de covid-19, afirmando que o paciente seria cego de um olho, que estaria aguardando cirurgia de hérnia umbilical pelo SUS e que faria uso de medicamentos diários, estando mais exposto a uma possível contaminação no cárcere.

O impetrante requer a concessão de liminar para revogar a prisão preventiva decretada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-

se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Par a tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 24/25):

Por fim, não se desconhece que o Conselho Nacional de Justiça recomendou aos tribunais e juízes de todo o país a possibilidade de revogação de prisões provisórias de mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco, ou ainda aqueles que cometeram crimes sem violência ou grave ameaça. Tudo com vistas a diminuir o contágio pelo Coronavírus em presídios.

Outrossim, não há nenhum elemento que demonstre impossibilidade de receber eventual tratamento no centro de detenção provisória no qual está recolhido, caso precise, afastando-se, portanto, a necessidade de concessão excepcional de liberdade provisória fundada em risco à sua saúde.

Ademais, não há falar em aplicação por extensão da decisão no HC n. 188.820/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin. O STF fixou o entendimento de que não configura descumprimento da referida decisão quando o juiz de origem aprecia a situação individual do preso. Afirmou o relator:

[...] o juízo competente, na apreciação dos processos individuais, poderá deixar de conceder prisão domiciliar ou liberdade provisória, caso presentes situações excepcionalíssimas que demonstrem objetivamente a ausência de risco concreto e objetivo à saúde do detento na hipótese de sua manutenção no cárcere e que a soltura, mesmo com imposição de medidas cautelares diversas à prisão (art. 319 do CPP), mostra-se manifestamente inadequada ao caso concreto e causa demasiado risco à segurança pública.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente